



ATER Agroecológica na mesorregião Curitiba e Litoral: uma experiência de cooperação entre o IDR-Paraná e AOPA/Rede Ecovida.

Agroecological Technical Assistance and Rural Extension in the Curitiba and Litoral mesoregion: an experience of cooperation between IDR-Paraná and AOPA/Rede Ecovida.

SILVA, Julio Carlos Bittencourt Veiga¹; PETTER, Ícaro Daniel²; ZAPPELLA, Karla Regina Piekarski³; DEDA, Lucas Travassos⁴; SILVA, Magnun Rodrigo da⁵; ARAUJO, Raphael Branco de⁶

¹ IDR-Paraná, juliosilva@idr.pr.gov.br; ² IDR-Paraná, idpetter@idr.pr.gov.br; ³ IDR-Paraná, krzapella@idr.pr.gov.br; ⁴ IDR-Paraná, lucasdeda@idr.pr.gov.br; ⁵ IDR-Paraná, magnunrsilva@idr.pr.gov.br; ⁶ IDR-Paraná, raphael.branco@idr.pr.gov.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O presente relato descreve a experiência de cooperação formalizada entre o IDR-Paraná e a AOPA na região de Curitiba-PR, voltada para uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecológica. O acompanhamento aos grupos da Rede Ecovida foi anteriormente realizado pelo Instituto Emater, já extinto, e retomado através desta cooperação solicitada pela AOPA, em 2022. A metodologia utilizada partiu de diagnósticos (DRP) nos grupos e baseado nas informações levantadas, o desenvolvimento participativo dos planos de ação de cada grupo para organizar a atuação e a evolução dos mesmos. Conjuntamente ao trabalho coletivo, tem-se como objetivos principais, acompanhar as propriedades para que avancem na transição agroecológica nas diversas dimensões da sustentabilidade e promover o aumento do número de agricultores orgânicos no Paraná, expandindo assim a cooperação para outros Núcleos da Rede Ecovida do Estado.

Palavras-Chave: ATER agroecológica, transição agroecológica, sustentabilidade.

Contexto

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, IDR-Paraná, possui um longo histórico de atuação em agroecologia no estado do Paraná, realizado pelas antigas instituições que recentemente o formaram, a exemplo da assistência técnica e extensão rural realizada pela Emater, a pesquisa pelo IAPAR e o ensino e difusão pelo CPRA, que atuava exclusivamente com a agroecologia. Atualmente, todas estas atividades foram incorporadas e realizadas de forma integrada no IDR-Paraná. Desse modo, com a finalidade de manter e fortalecer esta trajetória, foi instituída a “Área de Agroecologia” e uma gerência estadual, com o objetivo de atender políticas públicas existentes ligadas à temática e desenvolver políticas estaduais que promovam a agroecologia e a produção orgânica, entre elas o atendimento à Lei Estadual de alimentação Escolar 100% orgânica, com o aumento do número de agricultores e do volume de produção orgânica. A área de



agroecologia, na diretoria de extensão rural, prioriza o atendimento aos agricultores familiares e tradicionais e suas organizações, nas demandas locais e regionais, com iniciativas concentradas em duas frentes de trabalho: processos que caminhem para a ecologização dos sistemas de produção, com vistas ao avanço na transição agroecológica; e processos de desenvolvimento rural sustentável, através de organização social, construção e socialização do conhecimento agroecológico e de acesso a políticas públicas.

No entanto, essas ações, por vezes tornam-se prejudicadas pela grande demanda de trabalhos originados do agronegócio convencional, pulverizando a atuação dos extensionistas, resultando proporcionalmente em pouco tempo técnico disponível, com baixa atuação e avanços na área da agroecologia. Problema que se reforça também devido à um corpo técnico insuficiente para atender a demanda dos agricultores que decidem realizar a transição para sistemas mais sustentáveis. Neste sentido, visando priorizar e organizar a atuação na Mesorregião Metropolitana de Curitiba e Litoral, onde concentram-se 35% dos agricultores orgânicos certificados do Estado do Paraná, o IDR-Paraná retomou e readequou, em janeiro de 2022, um antigo termo de cooperação junto à AOPA¹, realizado entre 2015 e 2018, para a oferta de uma ATER Agroecológica aos grupos de agricultores do Núcleo Maurício Burmester do Amaral (MBA), da Rede Ecovida de Agroecologia.

A AOPA é a entidade de apoio aos grupos que compõem o Núcleo MBA, da Rede Ecovida. Inicialmente denominada Associação de Agricultura Orgânica do Paraná, tem uma atuação histórica referencial na Agroecologia do estado, pois foi a pioneira, iniciando em 1995 com projetos e ações voltadas principalmente aos processos de conversão e comercialização. A cooperação foi retomada, observando os erros cometidos anteriormente e o plano de ação foi co-construído, em reuniões com a participação dos coordenadores dos grupos da Rede, da diretoria da AOPA e de extensionistas da área de agroecologia do IDR-Paraná. Nesta nova fase, que terá cinco anos de duração, foi apresentada a proposta de trabalho aos grupos e a adesão foi sugerida, deixando aberta a decisão de participarem ou não. Além disso, buscou-se atender a necessidade de assistência técnica destes grupos, fortalecendo vínculos institucionais e a agroecologia regional, bem como realizar de fato planos de ação que avancem na transição agroecológica das propriedades assistidas, nas várias dimensões da sustentabilidade.

Descrição da Experiência

O objeto principal desta cooperação, por meio de uma ATER agroecológica, é a ampliação da oferta de alimentos orgânicos, aumentando a produtividade e o número de agricultores da Rede Ecovida e, com isso, resultar na melhoria da renda e qualidade de vida dos mesmos, na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral. Para tanto, tem como objetivos específicos: 1- Realizar a ATER no processo de transição agroecológica de unidades produtivas dos agricultores, utilizando como protocolo técnico principal o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças-SPDH (FAYAD, et al; 2019); 2- Assistir e apoiar a organização dos grupos de agricultores orgânicos da Rede Ecovida da Mesorregião; 3- Orientar os agricultores para que realizem o

¹ AOPA – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia no Paraná.



plano de manejo orgânico de acordo com as normas definidas pela legislação; 4- Apoiar agricultores interessados em realizar a conversão ou transição agroecológica de suas UPF²; 5- Atuar junto aos agricultores de forma dialógica na orientação para um desenho ou redesenho ecológico de suas propriedades, buscando maior sustentabilidade; 6- Orientar a gestão das unidades, com a implantação de planilhas de controle dos custos de produção, receitas e a produção para autoconsumo; 7- Capacitar as famílias dos agricultores nos diversos conteúdos necessários para a melhoria das unidades produtivas, baseados nos princípios da agroecologia; 8- Realizar eventos técnicos abrangendo as dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais; 9- Estabelecer propriedades referência em agroecologia, visando irradiar tecnologias e sistemas eficientes aos demais agricultores.

A forma de atuação do trabalho nas propriedades enfatiza a evolução do processo de transição³, tendo como referencial conceitual os passos para a reestruturação dos sistemas produtivos proposto por Gliessman (2010). Descrito em quatro níveis, é utilizado como um diagnóstico temporal do processo evolutivo de conversão. Assim, utilizamos como parâmetros os seguintes níveis de transição: Nível 1: “Aumentar a eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e o consumo de insumos...”; Nível 2: agricultores que “substituem os insumos e práticas convencionais por práticas (e insumos) alternativas”; Nível 3: se caracteriza pelo “redesenhar o agroecossistema, de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos e suas relações (relacionamentos no sistema)”; Nível 4: Estabelece uma proposta de “restabelecer uma conexão mais direta entre aqueles que cultivam os alimentos e quem consome, com o objetivo de restabelecer uma cultura de sustentabilidade que leva em conta as interações entre todos os componentes do sistema de alimentação” (GLIESSMAN, 2010).

Como metodologia utilizada, o termo de cooperação iniciou-se com várias reuniões entre as duas entidades a fim de construir um plano de trabalho que atendesse as necessidades dos grupos e os agricultores da Rede se sentissem co-participantes da proposta. Na sequência, foi apresentado o plano a todos os coordenadores dos grupos e solicitado que aderissem somente os grupos interessados e que realmente quisessem desenvolver um trabalho mais aprofundado de avanço na transição, com abordagem sistêmica, trabalhando na melhoria dos processos produtivos e para além da substituição de insumos. A partir daí a ação foi desenvolvida junto aos grupos de agricultores interessados mediante um contrato grupal e individual, para os agricultores que aderiram. Como já existe uma dinâmica de reuniões mensais dos grupos da Rede Ecovida, os extensionistas se inseriram nesta dinâmica, apoiando na organização das reuniões e coordenando algum momento técnico onde é abordado e discutido um tema de relevância para os agricultores. Após o esclarecimento inicial sobre a proposta de trabalho em cada grupo, foi realizado o

² UPF: Unidade de Produção Familiar.

³ De modo geral, entende-se transição como um processo que se estende no tempo e a expressão transição agroecológica é atualmente chave no estudo das interações que se estabelecem entre processos ecológicos e sociais no desenvolvimento rural (SCHMITT, 2009).



DRP⁴ dos grupos, com o diagnóstico através da análise FOFA⁵, e a elaboração da matriz de hierarquização (ranking 2x2), com as prioridades a serem trabalhadas (Figs. 1 e 2).



Figura 1: Reunião de grupo com DRP.



Figura 2: Reunião de grupo com DRP.

Em reuniões subsequentes, tendo em mãos as prioridades, foi desenvolvido também de forma participativa o Plano de Ação do Grupo, onde os extensionistas não propõem as “soluções técnicas” de forma arbitrária, mas atuam como animadores do processo, induzindo a reflexão dos agricultores participantes para a construção coletiva das “soluções” e do plano, nas seguintes etapas: 1. Identificar o problema; 2. Análise do problema (causas); 3. Definição de soluções; 4. Escolha da(s) melhor(es) solução; 5. Ação (implementação) – como e prazos; 6. Acompanhamento (correções) e aprendizado. Assim para cada prioridade é definido no plano o que fazer, como fazer e quando fazer. Após a elaboração conjunta do Plano de ação do grupo, as atividades são realizadas de forma organizada e ao longo do período da cooperação, com as modificações que sejam necessárias durante o processo. Ainda neste plano grupal é proposta e definida uma propriedade referência, onde o extensionista dedica maior tempo de empenho e visitas periódicas, com o objetivo de referenciar o trabalho, irradiar as tecnologias, mostrar a viabilidade da atividade orgânica a outros agricultores convencionais, incentivando o aumento do número de agricultores orgânicos. Aos agricultores que optarem por um maior acompanhamento, são cadastrados como “UPF Assistida”, sendo proposto um plano de ação, com um roteiro pré-definido a seguir:

1. Desenho da condição atual da unidade de produção – desenha-se um croqui da unidade de produção junto com a família. Muitas vezes, já se utiliza o croqui que está no Plano de Manejo, um dos documentos da Ecovida para a certificação, e se realiza a atualização, quando há mudanças significativas. Esta tarefa é muito importante, pois, com isso, se atinge diversos objetivos interessantes para uma visão mais sistêmica e uma abordagem de trabalho focada no avanço da transição. Com ela se cria coletivamente a noção de croqui com a família, identificando-se elementos estruturais e aspectos importantes na propriedade e exercitando formas de expressar a “realidade” em forma de desenho. A partir deste desenho é que se

⁴ DRP: Diagnóstico Rural Participativo.

⁵ FOFA: Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Adversidades.



parte para o redesenho do sistema, ou seja, procura-se aliar os sonhos da família, a um desenho e manejo realmente sustentáveis.

2. Definição de indicadores nas respectivas dimensões da sustentabilidade (tabela 1) - aspectos que podem ser considerados na transição agroecológica:

Tabela 1: Indicadores por dimensão da sustentabilidade

Dimensões	Indicadores
Ecológica	Produtividade, Qualidade do solo/água, Incidência de doenças/insetos/ervas
Econômica	Renda, Gestão, Canais de comercialização, Dependência externa,...
Social	Membros da família envolvidos, Dieta, Moradia, Confiança e reciprocidade,...
Cultural	Participação de tradições locais, Manutenção da agrobiodiversidade,...
Política	Participação política/cidadania, Concepção da importância dos governos,...
Ética	Consciência ecológica, Solidariedade intra/intergeracional, Cuidado, ...

3. Desenho da condição futura desejada - Neste, que já é um redesenho, é colocado no papel a condição que se deseja estar futuramente, avançando no processo de transição agroecológica. Com base nisso, é proposto um desenho para curto e médio prazo, com transformações e mudanças na unidade produtiva que sejam possíveis de realizar no 1º ano e 2º ano e as mudanças mais complexas a partir do 3º ano. Para que sejam avaliados anualmente os avanços na transição, são definidos indicadores que devem ser trabalhados. Estes, podem ser baseados nas deficiências levantadas com o grupo, mas principalmente na realidade do agricultor e sua família. Além disso, são utilizados os indicadores das dimensões sugeridas na tabela 1, e a partir deles são definidas as práticas agroecológicas que precisam ser adotadas para que os agricultores melhorem sua avaliação a cada ano. Junto a realização do redesenho, é analisada a dinâmica de como estão funcionando os sistemas de produção, olhando as entradas (artificiais e naturais), as interações e conexões com as complementaridades entre as atividades, e as saídas e perdas.

4. Planejamento Operacional – nesta planilha é definido o plano propriamente dito, das intervenções e propostas técnicas para o avanço na transição.

Dimensão	Indicador	O que fazer	Como, Quanto, Quando fazer Metas	Papel do técnico
Ecológica	1-2-3			
Econômica	1-2-3			
Social	1-2-3			
Cultural	1-2-3			
Política	1-2-3			
Ética	1-2-3			

Resultados

A estrutura de técnicos disponível permitiu atender 17 municípios da Região Metropolitana de Curitiba e dois municípios do Litoral, onde em um ano da cooperação houve a participação em 123 reuniões dos grupos de agricultores, com a realização de DRP em 26 grupos e Plano de Trabalho em cinco grupos, de um total de 34 grupos do Núcleo. O resultado destes DRP, além de proporcionar



diagnósticos específicos de cada grupo e suas necessidades e potencialidades, permitiu a elaboração de um diagnóstico globalizado, com a possibilidade de analisar e promover projetos mais próximos à realidade do território e as necessidades mais prementes dos agricultores associados da AOPA. Estes resultados foram apresentados no primeiro Encontro de Avaliação da Cooperação, realizado em abril de 2023 e subsidiou reflexões e debates no sentido de ajustes e aprimoramentos necessários (quadro abaixo).

Pontos Fracos			
Problemas: pragas, doenças, ervas (11)	Falta de planejamento e gestão (9)	Falta de sementes e mudas orgânicas (8)	Dificuldade na comercialização (7)
Plano de manejo e documentação (5)	Mão de obra (5)	Organização de venda/compra de insumos (4)	Falta de assistência técnica (4)
Erosão (3)	Falta de água e irrigação (3)		

Em relação ao atendimento individual dos agricultores, dos 34 grupos do Núcleo da Rede, 229 agricultores foram atendidos neste primeiro ano e 41 UPF foram assistidas de forma mais organizada, caminhando para a elaboração dos planos de ação individuais. Esperamos ampliar este número nos anos seguintes de vigência da cooperação, obtendo resultados ainda mais positivos, pois o IDR-Paraná vem propondo a ampliação da cooperação para o restante do estado, em outros Núcleos da Rede Ecovida que tenham interesse. Neste sentido, a viabilização de sistemas de agricultura mais sustentáveis como prioridade da atuação governamental, certamente trará benefícios socioambientais concretos, consolidando parcerias que possam resultar em políticas públicas para o fortalecimento da área de agroecologia.

Referências bibliográficas

FAYAD, J. A.; ARL, V.; COMIN, J. J.; MAFRA, A. L.; MARCHESI, D. R. **Sistema de plantio direto de hortaliças**: método de transição para um novo modo de produção. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

GLIESSMAN, S. R. **The Framework for conversion**. In: The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices. / Editors: Stephen R.Gliessman, Martha Rosemeyer. Boca Raton, FL: CRC Press, 2010.

SCHIMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. V. (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.